

Tribunal Regional do Trabalho – 17.ª Região (Espírito Santo)

Direito Previdenciário (AJAJ e OJAF)

XX. (Oficial de Justiça Avaliador Federal/TRT-17/CESPE/2013):

XX. (Analista Judiciário – Área Judiciária/TRT-17/CESPE/2013):

OBS: A prova de AJAJ foi a mesma de OJAF. =)

Julgue os itens que se seguem, acerca do Regime de Previdência Complementar (Lei Complementar n.º 109/2001).

116 Os planos de benefícios devem prever, entre outros institutos, a portabilidade do direito acumulado pelo participante para outro plano.

Conforme dispõe a Lei Complementar n.º 109/2001, os planos de benefícios deverão prever os seguintes institutos, observadas as normas estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador:

1. **Benefício Proporcional Diferido (BPD)**, em razão da cessação do vínculo empregatício com o patrocinador ou associativo com o instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno, a ser concedido quando cumpridos os requisitos de elegibilidade. Quando o participante é desligado da empresa (patrocinador), ele terá direito de receber um BPD caso já tenha alcançado a elegibilidade, ainda que menor que o valor esperado;

2. **Portabilidade** do direito acumulado pelo participante para outro plano. Caso o trabalhador mude de empresa, mudando automaticamente de EFPC, deseje contribuir para outro tipo de previdência complementar aberta (EAPC) ou mesmo troque de plano sem trocar de Entidade de Previdência Complementar, terá o direito de levar todo o fundo acumulado (**direito acumulado**) consigo. Entretanto, o órgão regulador e fiscalizador estabelecerá período de carência para o instituto da Portabilidade. Por fim, nos dizeres da Lei Complementar n.º 109/2001, o direito acumulado corresponde às **reservas constituídas** pelo participante ou à **reserva matemática**, o que lhe for mais favorável. Essa reserva matemática, conforme dispõe as Ciências Atuariais, é o valor dos compromissos futuros da entidade com seus participantes ativos e assistidos, descontado o valor das contribuições futuras. Devo ressaltar que não será admitida a portabilidade na inexistência de cessação do vínculo empregatício do participante com o patrocinador;

3. **Resgate** da totalidade das contribuições vertidas ao plano pelo participante, descontadas as parcelas do custeio administrativo, na forma regulamentada, e;

4. **Faculdade** de o participante **manter o valor de sua contribuição** e a do patrocinador, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração ou em outros definidos em normas regulamentares.

Certo.

117 As entidades de previdência complementar podem, na forma da lei, contratar operações de resseguro para garantir compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios.

*Para assegurar compromissos assumidos junto aos participantes e assistidos de planos de benefícios, as Entidades de Previdência Complementar poderão contratar **operações de resseguro**, por iniciativa própria ou por determinação do órgão regulador e fiscalizador, observados o regulamento do respectivo plano e demais disposições legais e regulamentares. Além disso, fica facultada às Entidades Fechadas (EFPC) a garantia por meio de **fundo de solvência**, a ser instituído na forma da lei.*

*Para concluir, é importante você conhecer a lógica do resseguro! A **operação de resseguro** é a operação pela qual o segurador, transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido através da emissão de uma apólice ou um conjunto delas. Nessa operação, o segurador objetiva diminuir suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso, e cede a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Simplistamente o resseguro é visto como um **seguro do seguro**. Analisando de forma técnica, a operação de resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores e evitar, através da diluição dos riscos, quebradeiras generalizadas de seguradores no caso de excesso de sinistralidade, como a ocorrência de grandes tragédias, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.*

Certo.

No que se refere à Previdência Complementar Privada, julgue o item abaixo.

118 Os municípios, sempre que oportuno, podem aportar recursos a entidades de previdência privada de caráter complementar.

*É vedado o aporte de recursos à Entidade de Previdência Complementar pela União, Estados, Distrito Federal e **Municípios**, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, **salvo** na qualidade de **patrocinador**, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado. Em regra, o governo, seja administração direta ou indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista), **NÃO** poderá investir dinheiro (aportes) em Entidades de Previdência Complementar, exceto na condição de **Patrocinador do Plano**.*

Errado.

Julgue os itens seguintes, relativos aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

119 Considere que um indivíduo, antes de aderir ao regime geral de previdência social, estivesse enfermo de uma moléstia incapacitante para o trabalho. Nessa situação, se não tiver havido posterior progressão ou agravamento da enfermidade, tal doença não dará a esse indivíduo o direito de obter a aposentadoria por invalidez.

*Esse benefício por incapacidade será devido quando realmente o segurado não apresentar condição alguma de permanecer no mercado de trabalho. A concessão desse tipo de aposentadoria dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante **exame médico-pericial** a cargo da previdência social. Em regra, a verificação clínica da incapacidade laboral é realizada por um Perito Médico Previdenciário, servidor público federal. No entanto, o segurado poderá custear um médico particular de sua confiança para acompanhar a perícia. Essa perícia se faz necessária para evitar fraudes por parte de alguns segurados que tentam "se encostar no INSS" a qualquer custo.*

*Agora imagine que o segurado ao filiar-se ao RGPS, já era portador de alguma doença ou lesão. Nesse caso, em regra, ele não poderá se aposentar por invalidez perante o RGPS, **salvo** quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão. Como podemos observar, o estado clínico do segurado deve contar com uma piora considerável para que ele possa gozar de Aposentadoria por Invalidez.*

Certo.

120 As professoras, após vinte e cinco anos de efetivo magistério, têm direito à aposentadoria por tempo de serviço, com renda mensal correspondente à totalidade de seu salário benefício.

O termo correto é "tempo de contribuição", mas não devemos analisar a questão com tanto rigor, uma vez que a nomenclatura "tempo de serviço" é utilizada com frequência por diversos certames jurídicos, inclusive pelos de Magistratura.

Como sabemos, em regra, a mulher se aposenta com 30 anos de tempo de contribuição, sendo que esse tempo pode ser reduzido para 25 anos somente no caso de mulher professora do magistério (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, **APENAS!**).

Por fim, a renda mensal dessa aposentadoria será de 100% x Salário de Benefício da segurada em questão, como dispõe a legislação previdenciária. Para não esquecer, lembre-se desse quadrinho:

Benefícios calculados diretamente sobre o SB do segurado:	
Benefício:	RMB:
<i>Aposentadoria por Tempo de Contribuição:</i>	<i>100% x SB</i>
<i>Aposentadoria por Idade:</i>	<i>(70% x SB) + 1% x SB (12 Contr.)</i>
<i>Aposentadoria por Invalidez:</i>	<i>100% x SB</i>
<i>Aposentadoria Especial:</i>	<i>100% x SB</i>
<i>Auxílio Doença:</i>	<i>91% x SB</i>
<i>Auxílio Acidente:</i>	<i>50% x SB</i>

Benefícios sem correlação DIRETA com o SB do segurado:	
Benefício:	RMB:
<i>Auxílio Reclusão:</i>	<i>100% x RMB Aposent. Inval.</i>
<i>Salário Maternidade</i>	<i>Salário da segurada</i>
<i>Salário Família:</i>	<i>Cota/filho</i>
<i>Pensão por Morte:</i>	<i>100% x RMB Aposent. Inval.</i>

Certo.